



Anais Eletrônicos do SIMPORI 2017
Simpósio de Pós-graduação em Relações Internacionais do
Programa San Tiago Dantas - Unesp, Unicamp, PUC-SP
“Instabilidade e reconfiguração: perspectivas para a ordem internacional”
São Paulo, 07 a 10 de novembro de 2017

ISSN 1984-9265

**PERCEPÇÕES E IDENTIDADES COLETIVAS NA TRANSFERÊNCIA E DIFUSÃO
INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS: O CASO DA REDE MERCOCIDADES**

Thiago Mattioli¹

Resumo: Enquanto um tema crescente no debate contemporâneo na área de relações internacionais, a transferência e difusão internacional de políticas públicas se apresentam como uma importante contribuição para a compreensão de processos transnacionais que envolvem múltiplos atores internacionais. Tais contribuições se espalham entre estudos de integração regional, de paradiplomacia e cooperação internacional descentralizada e na atuação de organismos internacionais, todos os quais se focam em temas de políticas públicas e a partir de diferentes abordagens teóricas. O presente trabalho se insere nestas discussões, propondo verificar como, a partir das abordagens construtivistas das relações internacionais, as percepções dos agentes e o desenvolvimento de identidades coletivas estão envolvidos nos processos de transferência e difusão internacional de políticas públicas. Para tal, identifica a visão dos principais autores do construtivismo sobre tais pontos, os ligando à literatura de transferência e difusão internacional de políticas públicas, tendo a Rede Mercocidades, uma experiência latino-americana de paradiplomacia e cooperação internacional descentralizada, como exemplo empírico estudado. A análise do caso da Rede Mercocidades permite verificar que os agentes, ao aderirem à Rede e as suas Unidades Temáticas, o fazem de forma voluntária a partir da percepção de interesses e objetivos políticos próprios, porém tais agentes acabam por construir identidades coletivas, sendo que os processos de transferência e difusão ocorrem em ambientes onde existe uma visão positiva entre os diferentes agentes participantes da Rede e suas Unidades Temáticas, permitindo identificar que tais processos, dada as percepções e identidades construídas, ocorrem a partir de mecanismos de aprendizado e mimetismo, onde há a busca voluntária por soluções inovadoras de políticas públicas e a difusão de valores e ideologias dentro das Unidades Temáticas. Desta forma, verifica-se que os conceitos de percepção e identidades coletivas, somadas à literatura de transferência e difusão internacional de políticas públicas, contribuem para o entendimento deste processo em um caso de cooperação internacional descentralizada.

Palavras-chave: Identidades Coletivas, Transferência e Difusão de Políticas Públicas, Rede Mercocidades

¹ Doutorando em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do ABC. Bolsista UFABC

1. Percepções e Identidades Coletivas em Relações Internacionais: Aportes do Construtivismo

Durante a década de 1980, mediante uma conjuntura de vigorosos debates entre visões neorrealistas e neoliberais, por um lado, e perspectivas racionalistas e críticas de outro, se desenvolve de forma mais acentuada as abordagens construtivistas no campo das Relações Internacionais (ADLER, 2013; JACKSON e SORESEN, 2013; REUS-SMIT, 2005). Tais discussões identificavam, em um polo, o foco no racionalismo e materialismo presentes no neorrealismo e neoliberalismo e, em outro, o foco em uma sociologia interpretativa e em uma ciência relativista que abrangia o escopo da análise internacional, encontradas nas teorias críticas e nas abordagens pós-modernistas (ADLER, 1999).

Partindo de uma visão ideacional, o construtivismo se apresentou como uma ponte entre estes dois extremos² (ADLER, 2013; 1999; WENDT, 1999).

Assim, baseada na teoria social, em particular de Giddens e sua teoria da estruturação (GIDDENS, 1986), esta abordagem questionou as premissas ontológicas e epistemológicas adotadas na área, tendo como pressuposto a co-constituição entre agentes e estruturas no meio internacional (WENDT, 1999; 1987).

Compreendendo que os humanos são seres sociais, só o sendo com base em suas relações sociais, entendem que tais relações às constroem, tornando-as o que são (ONUF, 1998). Desta forma, identidades, interesses e comportamentos são produtos de uma construção social derivada de significados, interpretações e pressupostos coletivos sobre o mundo (ADLER, 1999).

Deste modo, os autores da abordagem construtivista compreendem que a realidade é impactada pelo conhecimento e por fatos sociais, sendo que a realidade social é o resultado de sentidos e funções atribuídos aos objetos, que possuem objetivos maiores, a partir de entendimentos coletivos (ADLER, 1999).

Enquanto uma contribuição ao corpo teórico das Relações Internacionais, o construtivismo é composto por diferentes abordagens, não sendo factível as apresentar neste breve espaço.

Porém, oferecem-se aqui alguns pressupostos fundamentais possíveis de serem verificados como parte destas abordagens: i) construção social da realidade e do conhecimento; ii) co-constituição entre agentes e estrutura; iii) estruturas definidas, especialmente, por ideias e crenças compartilhadas e iv) identidades e interesses construídos com base em tais ideias e crenças (ADLER, 2013; 1999; REUS-SMIT, 2005; FINNEMORE, SIKKINK, 2001; WENDT, 1999; 1987).

² Ressalta-se que esta visão de via média não é unanime, sofrendo uma série de críticas (ZEHFUSS, 2006).

Tendo o acima como ponto inicial é possível apresentar o que ideias, normas, identidades e interesses significam para, posteriormente, os apresentar na literatura de transferência e difusão de políticas públicas (TDPP).

Desta forma, pode-se compreender que ideias são uma forma de conhecimento coletivo, institucionalizado em práticas sociais, que são meios que permitem identificar o que é ou não possível em termos cognitivos (ADLER, 1999). Normas, em seu turno, representam formas de conhecimento que estão além da existência de agentes individuais, partem de rotinas e práticas sociais, reproduzidas pelos seus intérpretes que atuam na sua produção, desenvolvimento e reprodução, tomando parte de sua construção social (ADLER, 1999).

Relacionado ao conceito de normas está à noção de regras. São as regras que mediam as relações entre os agentes e a sociedade, permitindo sua constituição contínua e recíproca e apresentando padrões de conduta esperados. A maneira pelo qual os agentes lidam com tais regras são entendidas como práticas (ONUF, 1998). Gerando um padrão constante, as regras podem, enquanto conjunto, ser entendidas como instituições, que oferecem o contexto onde os agentes agem de forma racional e esperada. Assim, quando há um conjunto estável de regras, instituições e consequências, considera-se que existe uma estrutura (ONUF, 1998).

Acerca da questão das identidades, verifica-se que não há um consenso sobre seu significado (FINNEMORE, SIKKINK, 2001), além de diversas possibilidades de críticas (ZEHFUSS, 2006).

Porém, apresentando de forma sintética este conceito, se utilizará as definições principais desenvolvidas por Wendt (1999), sendo apresentados quatro tipos de identidades: a pessoal/corporativa, a de tipo, a de função e a coletiva.

A primeira forma, pessoal/corporativa, refere-se ao processo de constituição identitária do Eu, no caso dos Estados este seria o grupo-Eu, onde sua consciência e memória oferecem a base para as demais identidades e também permite identificar quem são os Outros, assim, esta identidade é uma questão interna, de auto-compreensão do Eu, como também parte de uma construção intersubjetiva, na relação com os Outros (WENDT, 1999).

Por sua vez, a identidade de tipo diz respeito às categorias sociais como, por exemplo, formas de governo, idiomas, valores, conhecimentos de um determinado Eu/Grupo-Eu e que oferecem aos demais agentes uma forma de reconhecimento e relacionamento a partir destas características, sendo possíveis diferentes identidades de tipo em um único agente. Já a identidade de função se relaciona à identidade desenvolvida na relação com os Outros, sendo possível que um agente seja percebido como aliado ou inimigo, a partir da visão e das interações do outro agente participante da relação (WENDT, 1999).

A identidade coletiva, em seu turno, envolve processos de percepção e identificação mais aprofundados entre os agentes, onde há uma identificação entre tais que permite que as linhas divisórias entre ambos seja “borrada”, criando a visão do Nós (WENDT, 1999). Desta forma, é possível perceber na construção de identidades coletivas que estas podem ser frutos de traços históricos comuns, que permitem aos agentes perceber atributos partilhados com demais atores. Por outro lado, parte desta construção também se dá pela diferenciação em relação aos Outros, permitindo uma maior identificação com os grupos com maiores atributos comuns em relação aos grupos considerados como diferentes (RISSEN et al, 1999).

Destaca-se que tais processos possuem limites, sendo que tais identidades são tanto determinadas pelo relacionamento entre os agentes, dependente da intersubjetividade específica de cada relacionamento, e também determinadas pelos temas/assuntos, onde tal identificação ocorre a partir de questões específicas, não compreendendo uma identificação total entre os agentes. A identidade coletiva tem como base as identidades de tipo e de função, que tende a fazer com que os agentes tenham uma visão mais integrada entre o Eu e o Outro, a ponto de agirem para a resolução de problemas coletivos e considerar esta identidade coletiva em suas ações e cálculos (WENDT, 1999). Assim, tais podem ser descritas como “círculos concêntricos de identificação” (WENDT, 1999), colocando os agentes dentro e fora de possíveis identidades coletivas a partir de seus interesses, relacionamentos e temáticas específicas.

Finalmente, os interesses dos agentes podem ser classificados entre objetivos, necessários para que as identidades possam ser reproduzidas; e subjetivos, crenças de como tais objetivos podem ser alcançados. O primeiro grupo de interesse é o resultado da identidade constituída pelo agente, sendo necessários para sua manutenção, já o interesse subjetivo estão relacionados ao seu comportamento e preferências (WENDT, 1999). Quatro interesses objetivos, ou interesses nacionais, são identificados por Wendt (1999): 1) sobrevivência física; 2) autonomia; 3) bem-estar econômico e 4) autoestima coletiva. Os três primeiros interesses já foram discutidos, como indica o autor, pela larga bibliografia do campo.

A autoestima coletiva, último item, compreende a necessidade do agente em se sentir satisfeito em relação à percepção e status que mantém perante os Outros. Deste modo, verifica-se que a visão do agente sobre si é impactada pela visão dos Outros com quem se relaciona. Tais visões podem ser positivas, oriundas do respeito recíproco e interações cooperativas; ou negativa, a partir de visões e interações negativas partilhadas com outros agentes, ambas sendo consequências da forma pelas quais os agentes se comportam em relação aos demais (WENDT, 1999).

Tal questão da autoestima coletiva está relacionada à própria visão das abordagens construtivistas sobre a cooperação internacional, uma vez que a percepção dos atores sobre os agentes

com que se relacionam, dentro das lógicas da anarquia expostas por Wendt (1999), permitem ao mesmo tempo em que se desenvolvam relacionamentos positivos, onde a cooperação torna-se uma prática e comportamento esperado, ou negativos, onde o conflito torna-se a norma. Portanto, ao tentar alcançar seus interesses na esfera internacional, os agentes desenvolvem relacionamentos baseado em percepções que podem ser reproduzidas, mas também modificadas ao longo do tempo e a partir das interações, assim como desenvolvem suas identidades de função e coletivas a partir de tais percepções, relacionamentos e interações.

A breve discussão apresentada acima não pretendia esgotar as possibilidades de análise e classificação dos conceitos e abordagens apresentados, apenas os apresentar de forma sintética. Desta forma, verifica-se que ideias, valores e identidades são desenvolvidos com um forte componente social, estabelecidos a partir de relações e percepções dos agentes envolvidos nestes processos, tornando possível os identificar na literatura de transferência e difusão de políticas públicas.

2. Transferência e Difusão Internacional de Políticas Públicas: Conceitos, Abordagens e a Questão da Percepção e Identidades Coletivas

A literatura sobre TDPP tem se desenvolvido a partir de 1950 na academia americana e europeia, obtendo um incremento a partir da década de 1980 (GRAHAM; SHIPAN; VOLDEN, 2012). Porém, levantamentos demonstram que tal abordagem apenas tem sido apresentada em pesquisas e estudos no Brasil a partir da década de 2000 (PORTO DE OLIVEIRA e FARIA, 2017; FARIA, COELHO e SILVA, 2016). Tais levantamentos demonstram o crescimento da utilização desta literatura tanto em produções acadêmicas como teses, dissertações e artigos, mas também em trabalhos desenvolvidos e apresentados em congressos científicos das principais associações brasileiras de pesquisa nas áreas de Ciências Humanas e Sociais, inclusive na área de Relações Internacionais (PORTO DE OLIVEIRA e FARIA; 2017).

Portanto, nota-se que tais abordagens têm atraído o interesse acadêmico de diferentes áreas de conhecimento como as ciências sociais, ciência política, relações internacionais (PORTO DE OLIVEIRA e FARIA; 2017). Esta aderência é semelhante à verificada na experiência internacional sobre tais abordagens, onde os estudos tendem a se concentrar nestas mesmas áreas (GRAHAM; SHIPAN; VOLDEN, 2012)

Contudo, dada às especificidades de cada área mencionada, as pesquisas desenvolvidas possuem diferentes enfoques e níveis de análise, sendo possível citar como exemplo processos de difusão da democracia, de políticas econômicas ou sociais, sobre a atuação de organismos internacionais em processos de agenda e implementação de políticas públicas e como diferentes

atores, desde o nível local ao nacional, se inserem nestes processos (GILARDI, 2012; GRAHAM; SHIPAN; VOLDEN, 2012; SHIPAN; VOLDEN, 2012).

Desta forma, torna-se necessária uma apresentação sintética sobre os conceitos e abordagens principais da literatura de TDPP que, somado ao exposto na seção anterior, permitirá aproximar e identificar a questão da percepção e identidade coletivas dentro deste processo.

Assim, ressalta-se que os estudos sobre TDPP são plurais, contendo diferentes abordagens e conceitos. O processo em si possui uma gama de termos utilizados para sua identificação, entre eles estão a própria transferência e difusão, assim como a disseminação, aprendizado, convergência entre outros possíveis termos constantes na literatura (BENNET, 1991; ROSE, 1991; DOLOWITZ; MARSH, 1996; DOLOWITZ; MARSH, 2000). Neste mesmo sentido, a aplicação dos processos relacionados a tais termos possuem diferentes classificações como, por exemplo, adaptação, harmonização, *race to the bottom*, sendo possível identificar mais de uma centena destes na literatura (GRAHAM; SHIPAN; VOLDEN, 2012)

Por sua vez, a própria bibliografia oferece distintas possibilidades de classificação, sendo possível identificar sete abordagens sobre o tema: 1) transferência, difusão e aprendizado, compreendendo o processo como uma escolha; 2) desenvolvimento e governança, focada em processos de transferência de modelos políticos e políticas econômicas; 3) relações internacionais e organizações internacionais, centrada no estudo de como organizações internacionais participam do processo de difusão de políticas públicas; 4) redes globais de políticas públicas, abordando não apenas os agentes acima, mas demais tipos de agentes, como organizações não governamentais (ONGs); 5) europeização, com estudos sobre regionalização e processos de integração econômica e política; 6) mobilidade de políticas, área que apresenta discussões sobre a velocidade e intensidade dos processos em um ambiente conectado e poroso; e 7) condições sociopolíticas de transplante, avaliando os ambientes políticos, sociais, culturais e institucionais que permeiam o processo de transferência ou difusão de políticas públicas (HADJIISKY, PAL e WALKER; 2017).

Entretanto, também é possível restringir o foco de tais abordagens a partir de três classificações, relacionadas ao acima, sendo a transferência, difusão e circulação. Assim, compreende-se que os processos de transferência são restritos, contendo um grupo menor de agentes e interações, já a difusão está relacionada a uma maior quantidade de agentes, oriundos de diferentes partes do globo, enquanto os processos de circulação abrangem de forma mais ampla, em termos dos agentes envolvidos, e multidirecional, em termos das interações, o processo envolvendo as políticas públicas (PORTO DE OLIVEIRA e FARIA, 2017).

O foco deste artigo recai na TDPP, sendo possível identificar uma série de similaridades e complementaridades entre ambas, apesar de suas diferenças metodológicas (MARSH e SHARMAN,

2010). Portanto, abaixo se apresentará suas definições particulares e também onde as percepções e identidades coletivas se inserem e podem ser identificadas nestas abordagens.

A construção de um conceito de TDPP passa pela interpretação de diferentes autores, sendo possível as relacionar para extrair uma interpretação mais objetiva do que representam tais processos.

Um destes autores, Rogers (2003), em um trabalho que discute a difusão e adoção de inovações compreendeu o processo como um tipo de sistema social, onde a comunicação é parte essencial, sendo que as mensagens difundidas neste sistema são ligadas às novas ideias e, portanto, à inovação. Outra interpretação possível, de Graham, Shipan e Volden (2012), compreende que a difusão ocorre quando um governo decide sobre a adoção, ou não, de uma inovação de políticas públicas a partir do exemplo de outros governos. Por sua vez, a transferência de políticas públicas pode ser compreendida, de acordo com o conceito já clássico de Dolowitz e Marsh (2000), como um processo em que conhecimentos, ideias, arranjos e instituições são transferidos de um determinado cenário para outro.

Assim, seria possível resumir que a transferência e a difusão de políticas públicas compreendem processos envolvendo a comunicação de ideias e soluções onde diferentes atores estão envolvidos (GRAHAM, SHIPAN e VOLDEN, 2012; ROGERS, 2003; DOLOWITZ e MARSH, 2000). De forma ainda mais específica, tais conceitos podem ser compreendidos como

um processo, mediado ou não, a partir do qual um elemento, ou conjunto de elementos, de ordem política (cf. ideias, paradigmas, instituições, soluções para a ação pública, dispositivos normativos, programas, modelos, tecnologias, etc.) situado em algum lugar, no tempo ou no espaço, passe a ser adotado alhures (PORTO DE OLIVEIRA, 2013: p. 45).

Portanto, verifica-se claramente que todas as definições acima apresentam um componente social importante, seja na questão dos processos de comunicação entre diferentes agentes, seja na observação e influencia de demais atores em processos internos, ou pela ação de ideias e conhecimentos, que são produzidos de forma intersubjetiva, nestes processos.

Somado a isto, os diferentes agentes que tomam parte do processo de TDPP também auxiliam a confirmar tais afirmações. Estes agentes podem ser divididos entre internos, como por exemplo, os políticos eleitos, burocratas e partidos políticos; externos, quando se tratam de outros governos e seus integrantes ou organismos internacionais; e intermediários como no caso dos especialistas de políticas públicas, universidades e *policy entrepreneurs* (GRAHAM; SHIPAN; VOLDEN, 2012; DOLOWITZ; MARSH, 2000).

Assim, um exemplo de atuação de agente intermediário é a atuação dos “agentes do conhecimento”, que diferente dos *policy entrepreneurs*, mas em paralelo a tais, atuam nos processos de desenvolvimento e compartilhamento de conhecimento sobre políticas, também ocorrendo a atuação

de *think tanks*, ONGs e demais agentes que atuam a partir do interesse em promover ou divulgar políticas específicas, influenciando a decisão de governos e agentes políticos, a partir de comunidades epistêmicas ou redes globais de políticas públicas, auxiliando o processo de TDPP (STONE, 2000).

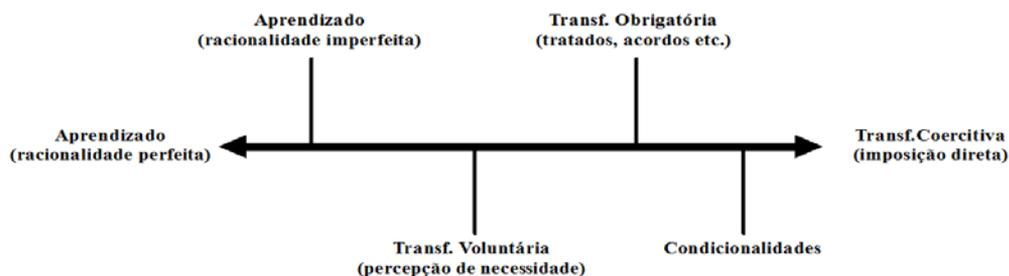
Neste mesmo sentido, porém enquanto ator externo, as organizações internacionais podem ser responsáveis pela promoção e, em alguns casos, adoção compulsória de determinadas políticas públicas que, partindo do ciclo de vida das normas (emergência, cascada e internalização), fazem parte do processo internacional de difusão de normas internacionais, que deságua dos demais atores, cada um em uma determinada fase do processo de consolidação das normas (FINNEMORE; SIKKINK, 1998).

Por sua vez, os agentes envolvidos perseguem diferentes interesses ao participar destes processos, tais interesses podem ser classificados como objetivos ou subjetivos. Como exemplo de interesses objetivos é possível mencionar as metas de políticas públicas, ligadas a um determinado objetivo claro a ser alcançado através de uma política; já os objetivos políticos, como a reeleição ou aumento de índices de aprovação, são interesses subjetivos, porém, ambos os interesses estão relacionados aos agentes internos, isto é, aos políticos eleitos, em especial, mas também aos burocratas e partidos políticos. Nota-se, também, que tais interesses podem ser relacionados ao mencionados na primeira seção, onde os interesses políticos podem ser relacionados à ideia de sobrevivência (política), a autonomia, busca do bem-estar econômico e autoestima coletiva, porém neste caso classificados como interesses objetivos.

Os agentes intermediários e externos também possuem interesses como, por exemplo, verificar a adoção de uma política pública por eles promovidas, o que oferece prestígio ao mesmo tempo em que a legítima (DOLOWITZ; MARSH, 2000; 1996). Portanto, tais agentes utilizam das relações sociais que desenvolvem, das identidades positivas ou negativas que possuem, das percepções sobre as interações passadas, geradas nas relações com os demais agentes, e sua capacidade influenciar os processos de adoção de políticas públicas para a obtenção de seus interesses, que estão relacionados à noção de interesses subjetivos, ou a forma pela qual os demais interesses, objetivos, devem ser alcançados.

Estes interesses, relacionados ao que se pode compreender como motivações, são impactados pelo grau de autonomia que o agente possui dentro do processo. Desta forma, verificam-se três formas possíveis de transferências e difusões: voluntária, coercitiva direta e coercitiva indireta (DOLOWITZ; MARSH, 2000; 1996). Entretanto, não é possível afirmar que estas classificações são estanques, pois fazem parte de um *continuum* fluído, onde é possível estar em diferentes segmentos.

Figura 1 - Do Aprendizado à Transferência Coercitiva



Fonte: DOLOWITZ; MARSH (2000)

A partir da figura acima fica claro que existem diferentes estágios entre o aprendizado, com racionalidade perfeita, que pressupõe um conhecimento total sobre a política a ser transferida e total intenção em realizar ao processo; a transferência voluntária, porém com base em percepções em necessidades – dos agentes – a serem satisfeitas a partir do processo; transferências obrigatórias oriundas de pactos ou acordos, que exigem que determinadas políticas, ou normas, sejam internalizadas; as transferências baseadas em condicionalidades, em geral relacionadas à atuação de organismos internacionais, até a transferência coercitiva, via imposição direta (DOLOWITZ, MARSH, 2000).

Também é possível verificar, do exposto acima, que os processos de TDPP podem se iniciar em um dos estágios apresentados, sendo posteriormente alterado, isto é, uma política pode ser transferida a partir de uma busca voluntária por soluções e, por pressões internas ou externas, se tornar uma imposição feita por um acordo ou condicionalidade de uma organização internacional.

Da mesma forma, a questão das motivações está vinculada às percepções que os agentes possuem, sendo possível que os processos de transferência voluntários estejam ligados aos processos de cooperação, enquanto as transferências condicionais feitas em ambientes competitivos e as imposições feitas em ambientes desfavoráveis. Assim, verifica-se uma ligação entre os conceitos expostos acima, em particular a questão da percepção e da própria lógica da anarquia exposta por Wendt (2000) e esta questão dentro dos processos de TDPP. Neste mesmo sentido, o grau de autonomia que o agente possui para participar do processo depende, portanto, das relações intersubjetivas que possui com os demais agentes, como os percebe e quais identidades são construídas nestas interações.

Nota-se, também, que tanto os agentes mencionados quanto as interações por eles desenvolvidas são responsáveis pela difusão de ideias, valores e pela criação de normas sobre políticas públicas, sua recepção ou potencial adoção, onde a ação ocorre a partir de seus interesses, porém considerando as limitações e condicionalidades impostas pelos relacionamentos que mantém.

Desta forma, é possível compreender que tais movimentos fazem parte de um processo de construção social desenvolvida na interação dos diferentes agentes com as estruturas que os circundam, sempre baseadas na consecução e satisfação de seus interesses.

Agora, cabe tratar dos mecanismos presentes nestes processos, onde é possível identificar ao menos quatro: 1) aprendizado, competição, coerção e mimetismo. O aprendizado, como já mencionado, está relacionado à livre e racional escolha dos agentes sobre a transferência e adoção de uma determinada política pública, a partir da observação de experiências externas; a competição, por sua vez, está ligada aos processos que advém de uma lógica econômica, onde os relacionamentos se baseiam em previsões e respostas aos atos políticos de seus adversários, na busca de ganhos comparativos; a coerção, como também mencionado, está relacionada ao cenário onde um agente com maior poder impõe a adoção de uma política a outros agentes, como nos casos de condicionalidades impostas ou mesmo em processos de integração regional; por fim, o mimetismo compreende processos de socialização e internalização de políticas a partir de seus valores simbólicos ou normativos, ou seja, a adoção ocorre pela percepção dos relacionamentos e o valor ideacional que a política pública possui (MARSH; SHARMAN, 2010; GILARDI, 2012; GRAHAM; SHIPAN; VOLDEN, 2012)

A partir disto, entende-se que os mecanismos também partem da base de percepções e relacionamentos desenvolvidos pelos agentes, sendo que cada uma poderá ser adotada a partir de como um agente se identifica e identifica os demais agentes. Com isto, pode-se compreender que enquanto o aprendizado e o mimetismo tendem a ocorrer em ambientes onde a percepção dos agentes sobre si e entre si é positiva, baseada na cooperação, a competição e a condicionalidade são desenvolvidas em ambientes onde se compreendem como adversários ou, em casos mais graves, como inimigos.

Finalmente, cabe mencionar o que de fato pode se transferir ou difundir nestes processos, sendo que são passíveis a) metas de políticas públicas; b) seus conteúdos; c) instrumentos específicos; d) programas, considerados como formas específicas de implementação de uma política; e) instituições, enquanto estruturas normativas; f) ideologias, por exemplo, princípios norteadores de condutas; g) ideias/attitudes, como conceitos e noções sobre determinadas questões; e h) lições negativas, ou o que não fazer. (DOLOWITZ; MARSH, 2000; 1996). Ressalta-se que parte do que é transferido está relacionado às ideias, noções e percepções sobre tais, no mesmo sentido, as ideologias mencionadas podem servir como habilitador ou limitador da busca de experiências, servindo como um norteador para tais processos, o que indica mais uma vez como a questão de percepção e identificação entre os agentes tem influencia no processo de TDPP.

Portanto, nota-se a partir do exposto que os principais conceitos relacionados aos processos de transferências e difusão de políticas públicas estão relacionados com os conceitos de ideias, normas, valores, percepções e identidades apresentados na seção anterior, sendo parte importante de sua própria constituição enquanto categorias, classificações e elementos de práticas sociais entre os agentes. Logo, os interesses demonstrados pelos agentes e a forma pelas quais estes se percebem, relacionam e identificam moldam tais relacionamentos e possuem grande impacto no processo de forma geral e em seus resultados.

Assim, compreendendo os principais conceitos relacionados ao processo e sua vinculação com as principais categorias de análise das abordagens construtivistas no campo das Relações Internacionais, torna-se possível que tais sejam aplicados em um caso específico, o caso da Rede Mercocidades.

3. A Rede Mercocidades e a Transferência e Difusão Internacional de Políticas Públicas: Construção Social, Percepções e Identidades Coletivas

Criada em 1995, a Rede Mercocidades está com vinte e dois anos de atividades desenvolvidas. De acordo com seu estatuto de criação, seu objetivo fundamental é o da promoção da participação de suas associadas no processo de integração regional do MERCOSUL e UNASUL, além de promover a cooperação entre os governos locais e entre estes e os organismos internacionais, sempre em busca de seu desenvolvimento político, econômico e social. Esta participação se daria, especialmente, em assuntos da competência das cidades como, por exemplo, políticas públicas locais e outros assuntos que possam consequências para o nível local de governo e seus cidadãos (MERCOCIUDADES, 2017a). Disto pode-se compreender que as cidades participantes da Mercocidades têm como interesse influenciar o processo de integração regional e tomar parte de decisões que possam as atingir.

A participação da Rede no MERCOSUL se dá através do Fórum Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos (FCCR), criado em 2004, em substituição à Reunião Especializada de Municípios e Intendências do MERCOSUL (REMI), por sua vez criada em 2001. Começando a operar somente em 2007, a FCCR objetiva promover diálogos entre os responsáveis das instâncias subnacionais e seus governos nacionais, podendo apresentar recomendações, sobre assuntos de suas competências, ao Grupo do Mercado Comum (MERCOCIUDADES, 2017b).

Entretanto, estudos sobre tal instância demonstram que a forma de participação se dá, particularmente, através de tais recomendações e declarações, de caráter não vinculante e, portanto, sem grandes impactos no sistema decisório do bloco. Porém, verifica-se que o resultado principal da

FCCR é a participação e interação entre os agentes subnacionais dentro do bloco e sua inserção no MERCOSUL (SADECK; FROIO e MEDEIROS, 2017).

Enquanto objeto de estudo, a Rede Mercocidades é classificada como uma rede territorial e temática que atua, via a paradiplomacia, através da cooperação internacional descentralizada. De forma sucinta, podemos compreender que redes internacionais de cidades são estruturas compostas por diferentes agentes subnacionais que buscam alcançar objetivos comuns e, para tal, se articulam de forma horizontal (BATISTA apud CARDELLO e RODRIGUEZ, 2007; CAPELLO, 2000). Além disto, se constitui como uma rede territorial, por congregar cidades de uma mesma região e como temática, já que age a partir da definição de temáticas de interesse (CARDARELLO e RODRIGUEZ, 2007).

Tais redes apresentam duas formas de ação, uma ligada ao próprio ato de agir internacionalmente e a outra o formato pela qual tal ação é desenvolvida. Assim, em termos da atuação internacional de agentes subnacionais tem-se a questão da paradiplomacia, conceito cunhado entre a década de 1980 e 1990 em estudos sobre o federalismo (DUCHACEK, 1986; 1990; SOLDATOS, 1990) e utilizado com maior frequência para designar tal tipo de atuação (AGUIRRE, 1999; KUZNETSOV, 2015; TAVARES, 2017), representando os contatos formais e informais estabelecidos pelos agentes subnacionais para a promoção de temas sociais, econômicos e políticos (CORNAGO, 1999). A partir desta atuação é possível praticar, como é feito através das redes internacionais de cidades, a cooperação internacional descentralizada que, por sua vez, pode ser entendida como colaborações entre agentes subnacionais que estão vinculados a apoios ou trocas por parte de outros agentes ou instituições (HAFTECK, 2003). Logo, verifica-se que a Rede Mercocidades representa uma experiência deste tipo de cooperação.

Já a partir do histórico da Rede é possível perceber de forma clara que sua criação se dá no seio da relação entre diferentes cidades do Cone Sul, em especial Porto Alegre e Montevidéu, mas particularmente entre seus agentes políticos, nomeadamente os prefeitos à época Olívio Dutra, de Porto Alegre, Tabaré Vasquez, de Montevidéu com importante contribuição de Tarso Genro e José Eduardo Utzig, então seu secretário (DESSOTTI, 2011; KLEIMAN, 2004; MENEGHETTI NETO, 2002).

Somado a isto, o processo também se deu a partir de diferentes encontros internacionais, como a V Reunião de Prefeitos da Sub-Região Cone-Sul da União das Cidades Capitais Ibero-Americanas, sendo efetivamente criada a Declaração de Assunção durante a o encontro “MERCOSUL: opções e desafios às cidades”, em 1995. A partir disto diferentes reuniões e encontros foram estruturando a Rede, que foi crescendo em participações e estruturas ao longo do tempo (DESSOTTI, 2011; KLEIMAN, 2004; MENEGHETTI NETO, 2002)

Portanto, torna-se claro que o componente de relações sociais mantidas por políticos eleitos e burocratas se desdobra no seu próprio processo de criação, beneficiada pela criação de locais de diálogo e discussão, que promoveram não apenas a ideia da rede, mas habilitaram sua estruturação e a participação de novos interessados, reforçando-a.

Logo, as abordagens construtivistas apresentadas na primeira seção se demonstram adequadas para uma análise da Rede, já que é identificável sua construção social, no sentido das relações desenvolvidas que culminam na sua criação e manutenção, o desenvolvimento de uma identidade coletiva, considerando os temas de interesse e a ação conjunta para a solução de problemas locais e a participação no processo de integração, questões abordadas abaixo.

Em termos de sua estrutura, a Rede Mercocidades é composta pela Cúpula de Chefes de Governo, órgão máximo de deliberação e representação; o Conselho da Mercocidades, órgão superior de administração e de alta direção da primeira instância; a Diretoria Executiva, responsável direção e coordenação dos trabalhos da Rede; a Presidência, que preside os trabalhos do Conselho e da Diretoria Executiva; as Vice-presidências Temáticas, que atuam na Diretoria Executiva e promovem a Rede às cidades da região; A Comissão Diretiva, que auxilia a Diretoria Executiva na coordenação da Rede; a Secretária Executiva, responsável pela gestão da Rede; o Colegiado de Coordenadores de Unidades Temáticas, que oferecem relatórios de atividades e propostas de ações à Diretoria Executiva; as Unidades Temáticas (UTs), discutidas abaixo e a Secretária Técnica Permanente, órgão assessor da Diretoria Executiva (MERCOCIUDADES, 2017a)

Figura 2 - Organograma da Rede Mercocidades



Cabe às Unidades Temáticas (UTs) a promoção, discussão e formulação de políticas de seus temas específicos, através da propositura de políticas comuns, a divulgação de experiências e boas práticas, além da realização de encontros para debates dos problemas locais. Em 2017 a rede conta com quinze UTs e grupos de trabalho que versam sobre diferentes aspectos e interesses dos governos locais³ (MERCOCIUDADES, 2017d).

Com base nos conceitos apresentados na segunda seção, sobre TDPP e em estudos prévios do autor, é possível identificar os três tipos de agentes apontados: internos, externos e intermediários. Em particular, a rede é composta por políticos eleitos, burocratas e outros servidores, sendo possível os classificar como agentes internos, quando parte do agente que busca soluções, ou externos, quando parte dos agentes observados ou que oferecem tais soluções (MATTIOLI, 2016).

Desta forma, percebe-se que a Rede se apresenta como uma estrutura onde os agentes buscam e oferecem soluções, podendo se apresentar boas práticas em políticas públicas locais como experiências vitoriosas aos demais membros das UTs e da própria Rede (MATTIOLI, 2017)

Neste mesmo sentido, é possível verificar a atuação de outros agentes, como *think tanks*, consultorias, universidades e demais tipos de associações que, agindo como *policy entrepreneurs* ou agentes do conhecimento e, portanto, agentes intermediários, promovem a adoção de determinadas políticas públicas (MATTIOLI, 2016). Logo, tais agentes enxergam na Rede um local para apresentar suas ideias e propostas, na tentativa de influenciar os governos locais a aderir a tais políticas e, neste sentido, levando ao aumento de apoio sobre tais. Portanto, estes agentes, buscando seus interesses, particularmente as metas de políticas públicas, acabam por participar das diferentes instâncias, encontros e reuniões promovidos pela Rede, utilizando as relações sociais desenvolvidas nela e, também, a percepção que possuem sobre sua atuação, caso positiva, e suas identidades construídas de especialistas como meios para atingir as cidades participantes (MATTIOLI, 2017).

Ao oferecer um espaço de diálogo e troca de experiências, a Rede se constitui de diferentes interesses, porém, considerando os agentes internos/externos, dois se sobressaem: metas de políticas e interesses políticos. Sendo um ambiente favorável para a TDPP, dado seu caráter cooperativo, com percepções otimistas em suas interações, tais agentes utilizam a Rede como forma de promoção de políticas públicas exitosas, que podem gerar grande visibilidade e ganhos políticos aos oficiais eleitos e sua burocracia⁴ (MATTIOLI, 2016). Tal visibilidade e eventuais ganhos políticos também permitem

³ As UTs são as seguintes: Ambiente e desenvolvimento sustentável; Autonomia, gestão e participação; Ciência, tecnologia e capacitação; Cooperação Internacional; Cultura; Desenvolvimento econômico local; Desenvolvimento social; Desenvolvimento urbano; Educação; Gênero e município; Integração fronteiriça; Juventudes; Planejamento estratégico; Segurança cidadã; Turismo.

⁴ Exemplo emblemático sobre tal questão é o do Orçamento Participativo, apresentando por Porto de Oliveira (2013), que demonstra como tal política foi inicialmente transferida de Porto Alegre para diversas cidades e regiões do globo, se tornando, por fim, uma prescrição do Banco Mundial e, portanto, sendo difundida em grande escala.

a construção de uma identidade coletiva mais forte, dado que os agentes participantes da Rede se compreendem como parte do sucesso obtido e, ao mesmo tempo, reforçam a visão otimista nas interações que a Rede oferece, fortificando-a.

Assim, os dois espaços principais para os diálogos e trocas de experiências e, portanto, dos próprios processos de construção social de identidades, percepções e interesses são as UTs e, de forma mais específica, os eventos, seminários e encontros promovidos que se apresentam como tais espaços e, notavelmente, um local de socialização e construção social de identidades e percepções.

Desta forma, os processos de TDPP se concentram em boas práticas, instrumentos, ideologias, ideias e atitudes que são transpassadas, em particular, através dos mecanismos de aprendizagem e mimetismo, uma vez que os processos se dão a partir da livre escolha dos agentes ou da percepção de seus interesses e através dos valores simbólicos ou normativos que possuem (RODRIGUES e MATTIOLI, 2017; MATTIOLI, 2016).

Isto significa que a Rede, enquanto estrutura de participação, é de livre associação e permanência, cabendo aos agentes se associar a partir de uma visão de que seus interesses, sejam eles políticos ou de políticas, podem ser alcançados a partir de sua integração neste ambiente cooperativo. Por outro lado, a participação em uma UTs, mesmo que seja uma associação livre, traz consigo uma carga simbólica grande sobre os objetivos e práticas sociais existentes, logo, cada UT possui valores essenciais que se apresentam como limites à participação daqueles que não os compartilham (RODRIGUES e MATTIOLI, 2017).

Entretanto, cabe ressaltar que apesar de se colocar como um possível limitador, tais valores simbólicos, ideias ou normas, se apresentam como incentivos aos que participam, reforçando a identidade coletiva gerada dentro da UT e promovendo as percepções positivas das interações, gerando laços cooperativos com maior identificação.

Portanto, percebe-se claramente que os agentes que participam das diferentes UTs desenvolvem uma espécie de identidade coletiva, onde há um tema específico e a busca de soluções aos problemas coletivos enfrentados, onde cada agente, em sua atuação na Rede, levava em consideração os Outros/Nós em suas ações e cálculos futuros.

Considerações Finais

As abordagens construtivistas oferecem ao campo das Relações Internacionais visões baseadas em uma sociologia que colocou em questão os princípios epistemológicos e ontológicos básicos das Ciências Humanas e Sociais. A partir destas contribuições, conceitos relegados foram reintroduzidos às discussões da área como a questão das ideias e valores. Neste mesmo sentido, discussões sobre identidades e percepções começam a influenciar as pesquisas desenvolvidas, contribuindo para uma

visão mais ampla da área. Questionamentos sobre as percepções dos atores e como tais influenciam suas interações permitiram verificar que a estrutura do sistema internacional não é imutável, ao mesmo tempo, que os agentes não constroem, sem limites, à realidade social.

Tais estudos tem se aplicado aos diferentes interesses da disciplina, como estudos sobre segurança internacional, sobre o estabelecimento de normas e a atuação de organizações internacionais e mesmo sobre cooperação internacional. Porém, ainda não há muitos estudos que se foquem na aplicação da abordagem e seus conceitos em casos de atuação internacional de agentes subnacionais.

O presente trabalho pretende contribuir neste sentido, fazendo aproximações entre tais abordagens e agentes. Entretanto, o faz a partir de uma visão relacionada aos processos de TDPP, onde acredita-se ser possível identificar como os conceitos do construtivismo podem ser aplicados.

Desta forma, verificou-se que os conceitos de ideias, valores e normas estão presentes dentro da literatura de TDPP desde a própria concepção de seus conceitos principais, onde compreende-se que é possível não apenas transferir ou difundir elementos materiais, como também ideias, ideologias, valores e práticas sociais.

Neste mesmo sentido, analisou-se que a questão sobre identidades e percepções, em particular a questão da identidade coletiva e das percepções positivas, também tem grande aderência a tal literatura, uma vez que torna-se possível verificar que existe uma maior tendência em ocorrer processos de TDPP onde há uma identificação coletiva, isto é, onde os agentes entendem que os demais possuem traços comuns, sejam históricos, ideológicos ou de valores, enquanto tal identificação leva a uma percepção positiva, que promove a cooperação e, a partir das interações positivas, a reforça.

Ao aplicar tais conceitos a um caso específico, o da Rede Mercocidades, identificou-se inicialmente a possibilidade de uma análise construtivista de sua própria criação e desenvolvimento, uma vez que verifica-se que as relações sociais e interações desenvolvidas entre os agentes políticos e burocratas foram efetivamente o início da Rede, sendo o processo sustentado a partir da criação de uma estrutura principal. Assim, nota-se que a Rede foi criada pelos agentes subnacionais, ao mesmo tempo em que se tornou uma habilitadora para tais agentes atuarem na esfera internacional.

Em termos da aplicação específica dos conceitos de TDPP foi possível identificar os diferentes atores mencionados pela literatura, internos, intermediários e externos, todos agindo a partir da busca de seus interesses. Tais interesses, como demonstrados, também estão ligados às noções de ideias, valores e da própria noção de sobrevivência, bem-estar econômico, autonomia e autoestima coletiva.

Desta forma, percebe-se neste ponto que as relações sociais, identidades e percepções também são cruciais para tais agentes, sendo que tais elementos são utilizados para a consecução de seus interesses, sejam eles objetivos ou subjetivos.

Verificou-se também que a estrutura da Rede favorece a transferência ou difusão a partir de aprendizados ou mimetismos, dado seu caráter de associação livre, feita a partir da percepção dos agentes sobre seus interesses. Porém, ao mesmo tempo em que se apresenta como um espaço livre, os valores simbólicos que a Rede possui, somado a tais valores em cada UT, oferecem tanto um limitador quanto um habilitador à participação. Desta forma, nota-se que a participação na Rede pressupõe que os agentes compartilham de determinadas crenças, valores e aceitam determinadas normas comuns e, portanto, as percebem de forma positiva.

Isto, por sua vez, permite que os agentes participantes da Rede, assim como das UTs, fortalecem seus laços e desenvolvam uma identidade coletiva na qual a visão do Nós permite que tais agentes se unam para a solução de problemas comuns, inserindo uns aos outros em seus cálculos políticos.

Portanto, a Rede Mercocidades não se apresenta somente como um espaço de diálogo e troca de experiências em políticas públicas, mas também um espaço de construção social de tais políticas e de identidades e interesses coletivos que permitem seu fortalecimento.

Referências Bibliográficas

ADLER, E. Constructivism in International Relations: Sources, Contributions, and Debates. In: CARLSNAES, W.; RISSE, T.; SIMMONS, B. A. **Handbook of International Relations**. Thousand Oaks: Sage, 2013. p. 112-144.

ADLER, E. O construtivismo no estudo das relações internacionais. **Lua Nova**, São Paulo, n. 47, p. 201-246, aug. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451999000200011>. Acesso em: 29 jun 2017.

AGUIRRE, I. Making sense of paradiplomacy? an intertextual enquiry about a concept in search of a definition. In: ALDECOA, F.; KEATING, M. **Paradiplomacy in action: the foreign relations of subnational governments**. London e Portland: Frank Cass, 1999. p. 185-209.

BENNETT, C. J. What is policy convergence and what causes it?. **British Journal of Political Science**, vol. 21, n. 2, 1991, pp. 215-233.

CAPELLO, R. The City Network Paradigm: Measuring Urban Network Externalities. **Urban Studies**, v. 37, n. 11, p.1925-1945, 2000.

CARDARELLO, A.; RODRIGUEZ, J. Networks of cities as a privileged tool for decentralised co-operation management. **Decentralized Cooperation Observatory**, 2007. Disponível em: <http://observ-ocd.org/sites/observ-ocd.org/files/publicacion/docs/299_134.pdf>. Acesso em: 22 abril 2015.

CORNAGO, N. Diplomacy and paradiplomacy in the redefinition of international security: dimensions of conflict and co-operation. In: ALDECOA, F.; KEATING, M. **Paradiplomacy in action: the foreign relations of subnational governments**. London e Portland: Frank Cass, 1999. p. 40-57.

DESSOTTI, F. R. **Rede Mercocidades na cooperação descentralizada: limites e potencialidades**. 280f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

DOLOWITZ, D.; MARSH, D. Learning from abroad: the role of policy transfer in contemporary policy making. **Governance: An International Journal of Policy and Administration**, v. 13, n. 1, p. 5-23, 2000.

_____. Who learns what from whom: a review of the policy transfer literature. **Political studies**, v. XLIV, p. 333-357, 1996.

DUCHACEK, I. **The territorial dimension of politics: within, among and across nations**. Boulder e Londres: Westview Press, 1986.

_____. Perforated sovereignties: toward a typology of new actors in international relations. In: MICHELMANN; HANS; SOLDATOS, P. **Federalism and international relations: the role of subnational units**. Oxford: Clarendon Press, 1990.

FARIA, C. A. D.; COÊLHO, D. B.; SILVA, S. J. Introdução. In: FARIA, C. A. D.; COÊLHO, D. B.; SILVA, S. J. **Difusão de políticas públicas**. São Bernardo do Campo: Editora UFABC, 2016. p. 11-31.

FINNEMORE, M. e SIKKINK, K., Taking Stock: The Constructivist Research Program in International Relations and Comparative Politics, **Annual Reviews in Political Science**, vol. 4, 2001, pp. 391-416.

_____. International Norm Dynamics and Political Change, **International Organization**, vol. 52, no. 4, 1998, pp. 887-917.

GIDDENS, A. **The Constitution of Society: Outline of the theory of structuration**. Oxford: Polity Press, 1986.

GILARDI, F. Transnational diffusion: norms, ideas, and practices. In: WALTER CARLSNAES, T. R. A. B. S. **Handbook of international relations**. Thousand Oaks: Sage Publications, 2012. p. 453-77.

GRAHAM, E.; SHIPAN, C.; VOLDEN, C. The diffusion of policy diffusion research in political science. **British Journal of Political Science**, v. 43, n. 3, p. 1-29, 2012.

JACKSON, R.; SORENSEN, G. **Introduction to international relations: theories and approaches**. 5. ed. Oxford: Oxford University Press, 2013.

HADJIISKY, Magdaléna; PAL, Leslia A.; WALKER, Christopher. Introduction: traversing the terrain of policy transfer: theory, methods and overview. In: HADJIISKY, Magdaléna; PAL, Leslia A.; WALKER, Christopher. **Public policy transfer: Micro-dynamics and macro-effects**. Cheltenham: Edgar Elgar Publishing, 2017. p. 1-26.

HAFTECK, P. An introduction to decentralized cooperation: definitions, origins and conceptual mapping. **Public administration and development**, v. 23, p. 333-345, julho 2003.

KLEIMAN, A. **As cidades e a cooperação descentralizada no contexto das relações União Europeia – América Latina: o novo papel internacional dos governos locais**. Dissertação (Mestrado) - Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, 2004.

KUZNETSOV, A. **Theory and practice of paradiplomacy**. New York: Routledge, 2015.

MATTIOLI, T. Transferências de políticas públicas na Rede Mercocidades: do diálogo à construção conjunta (1995-2016). In: 3º SEMINÁRIO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS - GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO - ABRI, Florianópolis. **Anais eletrônicos**. Florianópolis: ABRI, 2016. p. 1 - 18. Disponível em: <http://www.seminario2016.abri.org.br/resources/anais/23/1473649100_ARQUIVO_Thiago_Mattioli_06_09-Txt_Completo_3PGABRI_2016.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2017.

MATTIOLI, T.. Ideias e Valores na Transferência e Difusão Internacional de Políticas Públicas: O Construtivismo e sua Contribuição. In: 6º ENCONTRO NACIONAL DA ABRI, 2017, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos**. Belo Horizonte: ABRI, 2017. p. 2 - 15. Disponível em: <http://www.encontro2017.abri.org.br/resources/anais/8/1499662951_ARQUIVO_10-07-Txt-Completo-ABRI-2017-Thiago-Mattioli.pdf>. Acesso em: 15 out. 2017.

MARSH, D.; SHARMAN, J. C. Policy diffusion and policy transfer. In: EVANS, M. **New directions in the study of policy transfer**. New York: Routledge, 2010. p. 32-51.

MENEGHETTI NETO, Alfredo. **Redes de Cidades: Cooperação, estratégias de desenvolvimento, limitações constitucionais e divergências – o Caso da Rede Mercocidades**. Tese (Doutorado), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2002.

MERCOCIUDADES. Estatuto y reglamento de Mercociudades. **Mercociudades**, 2017a. Disponível em: <<http://www.mercociudades.org/node/2273>>. Acesso em: 15 out. 2017.

_____. Descripción del FCCR. **Mercociudades**, 2017b. Disponível em: <<http://www.mercociudades.org/node/2288>>. Acesso em: 15 out. 2017.

_____. Organograma. **Mercociudades**, 2017c. Disponível em: <<http://www.mercociudades.org/node/2277>>. Acesso em: 15 out. 2017.

_____. Unidades temáticas. **Mercociudades**, 2017d. Disponível em: <<http://www.mercociudades.org/node/2286>>. Acesso em: 15 out. 2017.

ONUF, N. Constructivism: a user's manual. In: KUBÁLKOVÁ et al. **International Relations in a constructed world**. New York: M.E.Sharpe, 1998; p. 58-78.

PORTO DE OLIVEIRA, O.; FARIA, C. A. P. de. Policy Transfer, Diffusion and Circulation: Research traditions and the state of the discipline in Brazil. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 36, n. 1, p.13-32, mar. 2017.

PORTO DE OLIVEIRA, O. **Embaixadores da participação**: A difusão internacional do Orçamento Participativo a partir do Brasil. 292 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

RISSE, T. et al. To Euro or Not to Euro? The EMU and Identity Politics in the European Union. **European Journal Of International Relations**, v. 5, n. 2, p.147-187, 1999.

REUS-SMIT, C. Constructivism. In: BURCHILL, Scott; et al. **Theories of international relations**. 3. ed. New York: Palgrave Macmillan, 2005. p. 188-212.

RODRIGUES, G. M. A.; MATTIOLI, T. Paradiplomacy, Security Policies and City Networks: the Case of the Mercocities Citizen Security Thematic Unit. **Contexto int.**, Rio de Janeiro , v. 39, n. 3, p. 569-587, Dec. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292017000300569>. Acesso em: 15 out. 2017.

ROGERS, E. **Diffusion of innovations**. New York: The Free Press, 2003.

ROSE, R. What is lesson-drawing?. **Journal of Public Policy**. vol. 11, n. 1, 1991, pp. 3-30.

SADECK, B.; FROIO, L. R.; MEDEIROS, M. de A. Os governos subnacionais e o MERCOSUL: Um balanço de 10 anos de funcionamento da FCCR. **Revista de Estudos Internacionais**, v. 8, n. 2, p.139-151, 2017. Disponível em: <<http://www.revistadeestudosinternacionais.com/uepb/index.php/rei/article/view/277>>. Acesso em: 04 jul. 2017.

SHIPAN, C. R.; VOLDEN, C. Policy Diffusion: Seven Lessons for Scholars and Practitioners. **Public Administration Review**, ago. 2012, p.788-796.

SIMMONS, B.; DOBBIN, G.; GARRETT, F. The **global diffusion of markets and democracy**. New York: Cambridge University Press, 2008

SOLDATOS, P. An explanatory framework for the study of federated states as foreign policy actors. In: MICHELMANN, H.; SOLDATOS, P. **Federalism and international relations: the role of subnational units**. Oxford: Clarendon Press, 1990. p. 34-53.

STONE, Diane. **Learning lessons, policy transfer and the international diffusion of policy ideas**. London: Centre for the Study of Globalization and Regionalization, fev. 2000, pp. 1-43.

TAVARES, R. **Paradiplomacy: Cities and states as global players**. New York: Oxford University Press, 2016

WENDT, A. **Social theory of international politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

_____. The agent-structure problem in international relations theory. **International Organization**, Vol. 41(3), 1987.

ZEHFUSS, M.. Constructivism and identity: a dangerous liaison. In: GUZZINI, Stefano; LEANDER, Anna. **Constructivism and International Relations: Alexander Wendt and his critics**. London e New York: Routledge, 2006. p. 92-116.